

Fonte: Conselho Nacional de Saúde

“Saúde + 10” avança no Senado e reivindica do Governo 10% para setor



O Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública – Saúde + 10 – entregou nesta terça-feira, 13, ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros-PMDB, a cópia do Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que destina 10% da receita corrente bruta da União para o setor da saúde; o que equivale a cerca de R\$ 40 bilhões de reais/ano para a saúde pública do Brasil.

Os representantes do Saúde + 10 entregaram ao presidente do Senado uma “nota promissória” representativa com cerca de 2 milhões de assinaturas, necessárias para que o PLIP tramite no Congresso Nacional. O Projeto de Lei já foi protocolado na Câmara dos Deputados e as assinaturas entregues ao presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, no último dia 5, Dia Nacional da Saúde. Um dos representantes da Coordenação do Movimento Saúde + 10, Ronald Ferreira, destacou para o presidente do Senado e demais senadores, que “o projeto não tem partido nem parlamentar como autor, o projeto é do povo brasileiro”. Já a presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza, apelou para Renan Calheiros, que o Congresso Nacional seja ágil e rápido na tramitação do projeto. “Estamos considerando 10% da receita corrente bruta da União para saúde, que significa apenas 0,75% do PIB para o SUS, e lembra que esse aporte ainda é insuficiente, mas garantirá o mínimo de implementação das políticas de saúde”, ressaltou Marcus Vinícius, presidente da OAB. Já Socorro Souza, lembrou que o mais importante agora é a resposta aos clamores das ruas, e tomou como base uma pesquisa realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – também membro do movimento – que indica que é o grande problema do povo brasileiro é a saúde.

Com a presença de diversos membros de entidades de classe e organizações não governamentais e dos Senadores Paulo Davim (PV/RN), Waldemir Moka (PMDB/MS), Wellington Dias (PT/PI), Sérgio de Souza (PMDB/PR), Humberto Costa (PT/PE), Wilder Pedro de Moraes (DEM/GO), Romero Jucá (PMDB/RR), Gim Argello (PTB/DF), Lindbergh Farias (PT/RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Eduardo Amorim (PSC/SE), Angela Portela (PT/RR) e dos deputados Darcísio Perondi (PMDB/RS) e Lincoln Portela (PR/MG), o movimento Saúde + 10, deixou claro que há a necessidade premente de urgência de conversação e negociação com todos os seguimentos, mas que o foco principal agora é a conquista de mais investimentos para a saúde pública brasileira.



O movimento também destacou, com base em um documento da Associação Brasileira de Economia da Saúde, que outros países que contam com sistemas públicos universais de saúde, destinaram em média, 8,3% do Produto Interno Bruto para o setor e o Brasil, apenas 3,8, em 2011. O estudo mostra ainda que na proposta de destinação dos 10% para a saúde pública brasileira, 70% será destinado para a atenção básica e 30% para a rede própria, na média e alta complexidade.

A expectativa agora do Movimento Saúde + 10 é garantia dos presidentes da Câmara e do Senado, com a tramitação em regime de urgência/ urgentíssima do Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Enquanto isso, as entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), OAB, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Centrais Sindicais e organizações populares, estão dialogando com os parlamentares e mostrando aos membros

do Governo Federal a necessidade de assegurar um SUS público e de qualidade para a sociedade brasileira.

Fotos: Luiz Parahyba

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Quinta, 15 de agosto de 2013, 14h50

polêmica

Riva cobra investigação sobre denúncia de desvio na saúde

Marianna Marimon, repórter do GD

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (AL) oficializou convite ao deputado federal Pedro Henry (PP), nesta quinta-feira (15), para prestar esclarecimentos aos parlamentares, sobre denúncia de que haveria desvio de R\$18 milhões/ano na saúde estadual. Além de Henry, a Comissão irá convocar o secretário de Saúde, Mauri Rodrigues. Ex-secretário de saúde, de 2011 a 2012, Henry afirmou que possui cópia dos documentos que comprovam o desvio. Caso seja comprovada a denúncia de Henry, deputado estadual José Riva (PSD) defende investigação aprofundada sobre a saúde.

Na última segunda-feira (12), Henry declarou à imprensa que possui documentos que comprovam desvio de R\$18 milhões/ano na pasta de Saúde. Conforme o deputado, o governo do Estado recebe R\$2,8 milhões/mês para serem investidos nos atendimentos e cirurgias de média e alta complexidade no Hospital Metropolitano de Sinop.

No entanto, Henry denuncia que deste total apenas R\$1,5 mi estariam sendo repassados à Sinop por mês, e questionou onde estariam sendo investidos os R\$1,3 mi. “São R\$1,3 mi, que deixam de ser investidos todos os meses, e para onde está indo este dinheiro? Para obras e investimentos em outros segmentos?”, questionou.

A denúncia repercutiu na imprensa e foi debatida durante a sessão de terça-feira (13), na AL, em que os parlamentares cobraram maiores esclarecimentos por parte do deputado. Com isso, a Comissão de Saúde oficializou o convite e deve convocar também o secretário Mauri Rodrigues, após apresentação dos devidos documentos sobre a denúncia por parte de Henry.

Deputado Guilherme Maluf (PSDB), vice-presidente da Comissão, adiantou que Henry deve responder ao convite e no mais tardar, na próxima semana, estará na AL para se reunir com os parlamentares. Sobre Mauri, o deputado esclarece que o secretário, diferentemente de Henry, será convocado para explicar sobre a pasta.

José Riva destaca que é necessária a presença de Henry para que apresente maiores detalhes e informações sobre a denúncia. Além disto, o deputado defende investigação mais profunda sobre o caso. “Toda denúncia tem que ser investigada, e a Assembleia deve cumprir com seu papel de órgão fiscalizador, mesmo que muitas vezes, seja difícil realizar este papel devido ao fato de não termos amparo da assessoria técnica em todos os segmentos, mas se tivermos mais informações, é claro, que devemos investigar mais a fundo”, defendeu.

A denúncia de Henry pode virar investigação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), caso o secretário Mauri Rodrigues não consiga esclarecer a denúncia por parte do deputado federal.

Em atuação mais contundente frente à gestão do governo, os parlamentares têm defendido mais diálogo na Casa de Leis, sendo que os opositores seguem com o propósito de criar o bloco independente, que já possui seis nomes. Com a propositura do bloco, ganha força a possibilidade de ser aprovada uma CPI, que precisa de oito assinaturas dos parlamentares para se viabilizar.

Contudo, o governo tem sofrido diversas críticas devido às crises no setor da saúde, como atraso nos repasses para os municípios do interior, e outras polêmicas, como o episódio dos medicamentos vencidos, que também chegou a ser debatida possibilidade de investigação por CPI, e também declarações do secretário de Saúde, de que não existe controle efetivo sobre os gastos com o atual modelo de gestão da saúde pública, as Organizações Sociais de Saúde (OSS).

Ezequiel Fonseca (PP), que deve integrar o grupo, revelou que os parlamentares já discutem possibilidade de instaurar a CPI das OSSs, cuja abertura pode culminar com a apresentação da denúncia do deputado federal Pedro Henry.

Leia também: [Henry denuncia desvio de R\\$18 milhões/ano na saúde do Estado](#)

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política

Quinta, 15 de agosto de 2013, 09h21
débitos da saúde

Repasse da Saúde para municípios serão pagos a partir de setembro

Sonia Fiori, especial para o GD

Governador Silval Barbosa (PMDB) sinalizou pagamento de R\$ 23 milhões da área da saúde de 139 municípios a partir de setembro, em débitos referentes ao exercício de 2012. Em reunião com o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM),

Valdecir Luiz Colle (PSD), o Chiquinho do Posto, no Palácio Paiaguás, Silval se comprometeu a cumprir acordo firmado entre o Executivo e a entidade, no início deste ano, para quitação da dívida até o dia 31 de dezembro.

Levantamento completo a cargo da Secretaria de Estado de Saúde, sob Mauri Rodrigues, a ser apresentado na próxima quarta-feira, balizará o quantitativo dos repasses. Apenas os municípios de Cuiabá e Várzea Grande estão fora do quadro de atrasos nos repasses da saúde. Em Rondonópolis, persiste pendência relativa à convênio firmado com a Santa Casa de Misericórdia.

O montante discutido na reunião se refere ao repasse para a área da saúde relativo ao segundo semestre deste ano. Valdecir lembrou que o governo cumpriu com a primeira remessa dos atrasados da saúde, em R\$ 23 milhões destinados à maioria dos municípios no primeiro semestre. “Faltava o cumprimento do pagamento sobre a segunda parcela, que não foi efetuada.

Temos a promessa e esforço do governador para a quitação dos débitos, contamos com essa iniciativa”, explicou o presidente da AMM. No encontro, também foi debatida a possibilidade de o governo colaborar com os municípios para apoio sobre operações de óleo diesel. Houve aceno favorável de Silval Barbosa, em que pese as argumentações de aperto de cinto no caixa público estadual. O governador trabalha com uma equação difícil, que é assegurar o equilíbrio fiscal e financeiro do Estado até o final do ano, considerando déficit orçamentário de R\$ 919 milhões. Esse quadro foi lembrado ao representante da AMM, que demonstrou compreensão com as dificuldades. “O governador nos explicou a situação e todo o trabalho de economia que vem sendo feito.

Mesmo assim, apresentou boa disposição para garantir na íntegra todos os repasses que são de direito dos municípios”.

O setor da saúde é o calcanhar de Aquiles do governo. A área é ponto de críticas extremas, que aumentam a cada dia na Assembleia Legislativa. Deputados cobram empenho do Estado para solucionar gargalos em vários municípios.

Uma das vozes mais contundentes nesse sentido é a do deputado Ezequiel Fonseca, que preside o PP. O partido pediu a substituição de Mauri Rodrigues, secretário mantido no posto até agora. Po conta disso, o PP pediu a expulsão de Mauri dos quadros da agremiação. Se persistir a problemática na saúde, poderá aumentar o tom das investidas da oposição sobre o governo, com foco sobre as eleições de 2014.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política

Quinta, 15 de agosto de 2013, 15h33

SAÚDE CUIABÁ

Saad solicita que MP investigue contratações no Pronto-Socorro de Cuiabá

Redação do GD

O vereador Ricardo Saad (PSDB) cobrou mais transparência por parte do Executivo Municipal no que diz respeito à contratação de serviços terceirizados. Mais uma vez, a Secretaria de Saúde de Cuiabá contratou serviços com dispensa de licitação, e ainda por cima, utilizando recursos que devem ser aplicados na alta e média complexidade.

Trata-se de segurança armada e ostensiva para atuar no Pronto-Socorro da Capital. "Agora, eles querem contratar serviço de segurança armada e ostensiva para fiscalizar os médicos e funcionários do Pronto-Socorro. Fazendo com que eles abram a bolsa sob ameaça para ver se eles não estão roubando medicamentos e aparelhos da unidade. E ainda, fazer os pacientes passar por constrangimentos, pois se trata de segurança armada e ostensiva", desabafa.

A indignação maior do parlamentar tucano é com relação ao recurso que será utilizado para garantir a efetividade da contratação. "Eles não estão conseguindo honrar com o pagamento dos hospitais conveniados. Todo mês tenho que cobrar o repasse nesta tribuna. Essa segurança que vai ser colocada no PS será paga com o dinheiro destinado a saúde, para ser investido nos setores de alta e média complexidade, ou seja, nas UTIs e unidades de tratamento. Como que gasta dinheiro com segurança se não paga nem quem eles devem? Como que esta fazendo isso com um recursos impróprio?", questiona.

Saad afirma que irá formular um documento e encaminhar ao Ministério Público Estadual (MPE). "Isso que está acontecendo é um desmande. Vou encaminhar para o Ministério Público investigar. São R\$ 98 mil por mês que eram para serem gastos com a saúde. A segurança é importante sim, mas que se tire dinheiro de outro lugar, não da alta e média complexidade. Isso é um absurdo".

O vereador Maurélio Ribeiro (PSDB) afirma que na época em que esteve a frente da Secretária de Saúde, tentou implantar um sistema de segurança terceirizado no Pronto-Socorro, entretanto, foi impedido, justamente por falta de dotação orçamentária, pois o recurso que é destinado para a pasta pode ser investido apenas no setor.

"Não entendo como que eles conseguiram esta façanha. Tirando dinheiro da ponta para aplicarem em segurança ostensiva", enfatizou.

Arlson da Silva também se indignou com a situação. "Se querem colocar um sistema de

segurança deste jeito que tirem dinheiro de outro lugar, não podemos prejudicar a atividade fim", disse. (Ascom Câmara)

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades

Quinta, 15 de agosto de 2013, 01h30

"MAIS MÉDICOS"

Estrangeiros são 40% em MT

[Lisânia Ghisi](#) / Da Redação

Quarenta por cento dos médicos que confirmaram interesse em atuar em Mato Grosso, por meio do programa federal "Mais Médicos", são estrangeiros. Conforme balanço divulgado pelo Ministério da Saúde, dos 15 profissionais que se registraram para o Estado, 6 possuem formação profissional em outros países. Os participantes estarão distribuídos em 6 municípios e 2 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis). O número de vagas preenchidas equivale a apenas 6,7% da demanda apontada pelos 81 municípios do Estado que se inscreveram no programa e declararam a necessidade de 223 profissionais para completar os quadros na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS). Mato Grosso é o segundo estado com menor número de inscritos...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades

Quarta, 14 de agosto de 2013, 17h49

mais médicos

Quinze médicos confirmaram participação em MT

Redação do GD

Em todo país, o primeiro mês de seleção contou com a homologação de 1.618 médicos, brasileiros e estrangeiros, que atenderão 6,7 milhões de usuários do Sistema Único de Saúde

O primeiro mês de seleção do programa Mais Médicos foi encerrado na última terça-feira (13) com a confirmação da participação de 15 profissionais em Mato Grosso, sendo nove brasileiros e seis com registro profissional de fora do país. Os participantes estarão

distribuídos em seis municípios e dois Distritos Sanitários Indígenas, sendo três em cidades de extrema pobreza e três nas periferias de capital e regiões metropolitanas. O número de vagas preenchidas equivale a 6,7% da demanda dos municípios do estado, que apontaram a necessidade de 223 médicos para completar seus quadros na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS).

[Clique aqui e veja a lista dos municípios de Mato Grosso atendidos](#)

Dos 1.618 médicos confirmados em todos os estados do Brasil na primeira seleção do programa, 1.096 já atuam no Brasil, 358 são estrangeiros e 164 são brasileiros graduados no exterior. Cerca de 6,5 milhões de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) serão diretamente beneficiados na primeira etapa do Mais Médicos.

Os profissionais atuarão em 579 municípios e 18 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). A maioria (67,3%) dessas regiões está em áreas de extrema pobreza e distritos de saúde indígena. As demais 32,7%, em periferias de capitais e regiões metropolitanas.

"Ao fecharmos esta etapa, chama a atenção o aumento do número de municípios contemplados, sobretudo o deslocamento para o interior e região de fronteira, que passarão a ser ocupadas com a entrada dos médicos estrangeiros", afirmou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Segundo ele, o Ministério da Saúde continuará estimulando a ida de médicos brasileiros para regiões carentes.

Padilha anunciou a construção de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAs) para atração de mais médicos para ocupar as áreas prioritárias com vagas ociosas ou que não tiveram indicação de nenhum profissional brasileiro. "Quanto mais médicos trabalharem na atenção básica, melhor para o país. É nesta área de atendimento que se resolve cerca de 80% dos problemas de saúde", destacou.

A maioria (67,3%) das regiões onde esses profissionais vão atuar, sejam brasileiros ou estrangeiros, está em áreas de extrema pobreza e distritos de saúde indígena. As demais 32,7%, em periferias de capitais e regiões metropolitanas.

A entrada de médicos de outros países representou a expansão no rol de municípios atendidos pelo programa (chegando a 579 cidades) e a ocupação de áreas não atendidas pelos brasileiros, sobretudo na faixa mais distante do litoral. Dos 782 municípios que não despertaram o interesse de brasileiros, 79 tiveram vagas preenchidas principalmente por médicos formados no exterior, sendo grande parte localizada no interior do Norte e Nordeste.

O desempenho do primeiro mês do Mais Médicos cobriu 10,5% da demanda apresentada pelos 3.511 municípios que aderiram ao programa e apontaram a existência de 15.460 vagas nas unidades básicas de saúde. Mais de 1.096 cidades prioritárias não receberão profissionais neste momento, de um total de 2.032 que ficaram de fora.

Para continuar estimulando o preenchimento destes postos, o Ministério da Saúde abre inscrições para a segunda seleção mensal para médicos brasileiros e estrangeiros na próxima segunda-feira (19). Também será permitida a entrada de novos municípios no programa. "O

fluxo para os médicos será contínuo, e já sabemos do interesse de médicos brasileiros que se formaram agora em julho. Continuaremos ampliando o número de médicos nas regiões onde mais precisam", pontuou o secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Mozart Sales.

Os municípios do Nordeste tiveram a maior cobertura de profissionais do Mais Médicos, com 261 cidades com profissionais confirmados. Em seguida, vêm as regiões Sul (103), Sudeste (101), Norte (78) e Centro-Oeste (36). Dos 18 distritos indígenas que receberão médicos, 15 estão no Norte, um no Nordeste e dois no Centro-Oeste.

Considerando a quantidade de médicos alocados, o Estado com maior número é a Bahia, com 144 profissionais, seguida de São Paulo (134), Rio Grande do Sul (119), Ceará (117), Goiás (103), Minas Gerais (101), Paraná (98), Amazonas (88), Pernambuco (84) e Rio de Janeiro (70).

Estrangeiros - Os 522 estrangeiros que homologaram sua participação no programa atuam como médicos em 32 países, com destaque para 142 médicos formados na Argentina e 100 profissionais com diplomas da Espanha.

O Ministério da Saúde já deu início à emissão de passagens para o Brasil de 212 médicos de outros países. Outros 310 aguardam, até sexta-feira, validação das embaixadas de seus países para o deslocamento e a atuação no programa. Esta etapa, assim como o resultado do médico na avaliação pelas universidades no módulo de três semanas, é condição para que o médico seja liberado para atuar no Brasil.

Quando chegarem ao Brasil, os médicos estrangeiros se concentrarão inicialmente em oito capitais: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza. Nessas cidades, participarão, por três semanas (de 26 de agosto a 13 de setembro), de aulas de avaliação sobre saúde pública brasileira e língua portuguesa, totalizando carga horária de 120 horas. Após a aprovação nesta etapa, começam a atender a população na segunda quinzena de setembro.

Os profissionais que vão atuar em áreas indígenas terão, além do módulo de acolhimento, treinamento específico sobre saúde desses povos. Todos estes profissionais ficarão concentrados em Brasília durante o período do módulo de acolhimento.

Os materiais que serão utilizados nessas atividades foram elaborados por uma comissão formada por professores de universidades federais inscritas no programa, Escolas de Saúde Pública e Programas de Residência, sob orientação do Ministério da Educação (MEC).

Depois de avaliados, os médicos que tiverem sua qualificação atestada receberão um registro profissional provisório. Durante o período de atuação, as prefeituras que receberão esses profissionais serão responsáveis pela alimentação e moradia dos médicos.

Os custos com alojamento e alimentação serão pagos pelo Governo Federal. A organização logística do módulo, incluindo recepção aos profissionais, será responsabilidade conjunta dos ministérios da Saúde e da Defesa.

Como definido desde o lançamento do programa, os brasileiros tiveram prioridade no preenchimento dos postos apontados. As vagas remanescentes foram oferecidas primeiramente aos brasileiros graduados no exterior e em seguida aos estrangeiros. Os médicos com diplomas de fora do Brasil vão atuar com autorização profissional provisória, restrita à atenção básica e às regiões onde serão alocados pelo programa.

O programa - Lançado pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, no dia 8 de julho, o Mais Médicos faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do SUS, com objetivo de acelerar os investimentos em infraestrutura nos hospitais e unidades de saúde e ampliar o número de médicos nas regiões carentes do país, como os municípios do interior e as periferias das grandes cidades. Os médicos do programa receberão bolsa federal de R\$ 10 mil, paga pelo Ministério da Saúde, mais ajuda de custo, e farão especialização em Atenção Básica.

O Governo Federal está investindo, até 2014, R\$ 15 bilhões na expansão e na melhoria da rede pública de saúde de todo o Brasil. Deste montante, R\$ 7,4 bilhões já estão contratados para construção de 818 hospitais, 601 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs 24h) e de 16 mil unidades básicas. Outros R\$ 5,5 bilhões serão usados na construção, reforma e ampliação desses estabelecimentos de saúde, além de R\$ 2 bilhões para 14 hospitais universitários.

Mais de 95% dos municípios contemplados nesta etapa do Mais Médicos acessam investimentos do Ministério da Saúde para melhoria da sua infraestrutura. Dos 579 municípios contemplados, 557 (96%) participam do Programa Requalifica UBS e estão recebendo recursos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde. Já o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) beneficia 551 cidades que receberão médicos pelo programa.

Somente em Mato Grosso, já foram investidos R\$ 51,5 milhões para obras em 382 unidades de saúde e R\$ 16,4 milhões para compra de equipamentos para 97 unidades. Também foram aplicados R\$ 30,9 milhões para construção de 17 UPAs e R\$ 14,8 milhões para reforma/construção de 20 hospitais. (Ascom MS)

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 15 de agosto de 2013

OMISSÃO

Edição nº 13675 15/08/2013

Anterior | [Índice](#) | [Próxima](#)

Família acusa hospital

Gestante teria sido retirada de dentro da unidade pela médica de plantão, o que revoltou os parentes

GUSTAVO NASCIMENTO

Da Reportagem

O Hospital Infantil e Maternidade Femina, referência em atendimento na rede particular de Mato Grosso, está sendo acusado de não atender uma gestante com gravidez de risco. O caso ganhou repercussão nas redes sociais e até o início da tarde de ontem, tinha mais de mil compartilhamentos.

A paciente vinha em uma ambulância de Primavera do Leste (231 km ao sul de Cuiabá) com suspeita de pré-eclâmpsia e após ter sido recusada na unidade, teve um parto prematuro em outro hospital.

De acordo com o pai da gestante, Fernando Maia, a filha dele, Fernanda Maia, de 24 anos, começou a passar muito mal em Primavera do Leste, onde a família mora. Ela estava com pressão alta, convulsões e sentia dores fortes na região do abdômen. Também teve perda de sangue e de líquido amniótico.

Por esse motivo, a família decidiu contratar uma ambulância particular e buscar atendimento na Capital.

Após uma viagem tumultuada, o casal conseguiu chegar a Femina. Quando Fernanda estava entrando na unidade, ainda em cima da maca, e o marido fazia o registro na recepção, a médica responsável pela unidade expulsou a paciente do interior do hospital.

“Minha filha estava com a pressão em 19/15 e a doutora sequer realizou um atendimento básico para depois solicitar a transferência da mãe ou do bebê. Ela simplesmente gritou, dizendo que não tinha Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) disponível e que já havia avisado que não adiantava a família ir ao local”.

De acordo com o pai da criança, Carlos Eduardo, de 22 anos, apesar da esposa correr risco de vida, a própria médica do hospital empurrou a maca para fora da unidade.

O casal então saiu atrás de outro hospital e foi parar no Santa Helena, que é referência em atendimento pelo SUS. Fernanda, então, recebeu pré-atendimento e foi constatando que a situação dela era delicada. A médica optou por interromper a gravidez.

Por conta das convulsões, havia um forte risco de hemorragia interna. Tanto a mãe quanto o bebê poderiam morrer. Após o parto, a bebê foi transferido para o Hospital Jardim Cuiabá e passa bem.

A família assegura que irá processar tanto o hospital quanto a médica que negou atendimento. Em uma postagem na rede social, Carlos Eduardo manifestou sua revolta da seguinte forma: “Detalhe, o hospital Santa Helena também não tinha vaga, mas lá fomos tratados como seres humanos”.

Para a presidente do Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso (CRM-MT), Dalva Neves,



Grávida chegou a maternidade com pré-eclâmpsia e havia risco de morte para ela e para o bebê

negar atendimento é um erro de conduta grave. Ela afirmou que o problema ressaltava a falta de estrutura no interior, que não tem UTI's. De acordo com a presidente, o CRM irá abrir uma sindicância para apurar o caso.

A reportagem do DIÁRIO entrou em contato com a direção do Hospital Femina, porém até o fechamento desta edição, não houve retorno.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta-feira, 15 de agosto de 2013

Edição nº 13675 15/08/2013

OFTALMOLÓGICAS

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Justiça obriga volta das cirurgias

Da Reportagem

A Justiça determinou que o governo do Estado e o município de Cuiabá habilitem o Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM) a realizar exames e cirurgias oftalmológicas para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) nos próximos 60 dias.

Para garantir os atendimentos, os poderes executivos terão que providenciar verbas suplementares do orçamento da área de saúde ou remanejar recurso de publicidade, cerimonial, secretaria de governo ou ainda da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa) para o custeio dos procedimentos hospitalares.

A decisão é do juiz Alex Nunes de Figueiredo. O magistrado definiu multa diária de R\$ 500 mil a serem pagos solidariamente pelo Estado e município, caso a sentença seja descumprida.

O juiz afirma que fatos de má-administração dos gestores públicos são a causa da chamada 'judicialização da saúde', acrescentando que tanto gestões atuais quanto as passadas se enquadram nessa situação.

"A indiferença do governo estadual com a saúde é tanto que ele gasta centenas de milhões de reais com obras da copa do mundo, enquanto que milhares de pessoas do município de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso estão à procura de tratamento de saúde para cura de doenças da visão, sem falar nos demais males, sem, contudo conseguir", afirma o juiz em trecho da decisão.

Para garantir o atendimento aos usuários que estão aguardando na fila de espera, os gestores serão obrigados a contratar a rede privada se o HUJM não dispuser de alguns dos serviços ou se os oferecidos não forem suficientes para atender à demanda. Nenhum paciente deverá aguardar mais de 30 dias para realizar exame ou cirurgia.

Nos autos, o MPE afirma que por diversas ocasiões foi tentado, em vão, resolver a questão na esfera extrajudicial e que o próprio HUJM se mostrou interessado em se credenciar para prestar os serviços, mas as administrações públicas se mostraram inertes.

"Ora, a inércia dos agentes públicos do Estado de Mato Grosso e do Município de Cuiabá no que

concerne ao adimplemento das imposições constitucionais traduz inaceitável gesto de desprezo pela autoridade da Constituição e formata, diante da situação de desgraça vivida pelos menos favorecidos usuários do SUS mato-grossense, por isso mesmo, comportamento asqueroso, sórdido e repugnante que deve ser evitado”, ressalta o magistrado.

O magistrado listou uma série de procedimentos, exames e cirurgias oftalmológicas que deverão ser realizadas e determinou 12 meses para que toda a demanda reprimida seja resolvida.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 15 de agosto de 2013

Edição nº 13675 15/08/2013

MAIS MÉDICOS

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

15 profissionais vão atuar no Estado

Capital abriu vaga para contratação de 30 pessoas, mas apenas duas se interessaram, o que mantém o déficit no quadro de funcionários da rede pública

ALECY ALVES
Da Reportagem

Apenas 15 médicos, nove brasileiros e seis estrangeiros, se candidatam às vagas abertas em Mato Grosso dentro do programa “Mais Médicos”, do governo Federal.

No país, 1.618 foram selecionados na primeira fase, o que representa 10,5% do total de vagas ofertadas. Desses, 1.096 são médicos formados no Brasil e 358 formados ou oriundos de outros países. Pouco mais de 3.500 cidades brasileiras se cadastraram no programa na tentativa de ampliar o quadro de médicos nos serviços básicos de saúde.

Em Mato Grosso, somente sete municípios serão atendidos, sendo quatro por profissionais brasileiros e três por estrangeiros. Cuiabá receberá quatro médicos do Brasil, mas dois deles vão para unidade de saúde indígena.

Já Várzea Grande e Comodoro receberão dois médicos, cada. Em Santo Antônio de Leverger, que fica a 30 quilômetros de Cuiabá, chegará apenas um profissional, conforme o mapa divulgado ontem pelo Ministério da Saúde.

Os seis médicos estrangeiros selecionados se inscreveram para vagas em Alto Boa Vista, Cáceres e Barra do Garças. Nesse último município, a atuação dos profissionais será restrita à assistência de indígenas. De acordo com o Ministério da Saúde, os novos médicos devem assumir seus postos nas cidades para as quais se inscreveram a partir do dia primeiro de outubro.

Entre os estrangeiros que vêm trabalhar no Brasil há profissionais de 30 países, mas a maioria é da Argentina, Espanha, Cuba, Portugal, Venezuela, México e Uruguai. Na lista tem profissionais de países como Rússia, Cazaquistão, Servia, Tadjiquistão e Ilhas Cook.

Assim como em todo o país, aqui o número de médicos que expressaram interesse em trabalhar nas unidades básicas do Programa de Saúde da Família(PSF) pelo Sistema Único de Saúde(SUS) trouxe frustração.

Cuiabá, por exemplo, se cadastrou no “Mais Médicos”, oferecendo 30 vagas, preenchendo apenas duas, ou seja, menos de 10%. O secretário municipal de Saúde, Kamil Fares, informou, por meio da assessoria de imprensa, que na verdade a cidade tem uma carência de 60 médicos, 30 nos PSF's(assistência básica) e 30 em outras unidades, nas mais diversas especialidades da medicina.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / PAUTA DA CÂMARA

15.08.2013 | 08h00 - Atualizado em 14.08.2013 | 17h48

Tamanho do texto A- A+

Câmara aprova royalties para saúde e educação, e texto vai à sanção

Projeto destina 75% dos royalties para educação e 25% para saúde.

Reprodução
DO G1

Após um acordo entre o Palácio do Planalto e líderes partidários, a Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira (14) a votação do projeto que destina 75% do total dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. O texto, que já havia sido aprovado pelo Senado, segue agora para a sanção ou veto da presidente Dilma Rousseff.

Os royalties que serão destinados para educação e saúde se referem apenas aos novos contratos da União com comercialidade declarada a partir de 3 de dezembro de 2012. Royalties de campos em atividade há mais tempo, como nos estados produtores do Rio de Janeiro e Espírito Santo, continuarão a ser aplicados pelos governos estaduais.

O texto-base do projeto havia sido aprovado em julho pelos deputados, antes do início do recesso branco. Nesta quarta, após diversas reuniões das lideranças da Casa com ministros do governo Dilma, os parlamentares retomaram a votação e apreciaram os destaques (propostas de alterações no texto) que haviam ficado

pendentes por conta de uma obstrução do PMDB e de parcela da base aliada.

Além das receitas dos royalties, substitutivo do deputado André Figueiredo (PDT-CE) garantiu que 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social – uma espécie de poupança formada por recursos que a União recebe na produção do petróleo da camada pré-sal – serão destinados para a educação.

O governo federal era contra o relatório de Figueiredo. Na proposta original do governo e ratificada pelo Senado, apenas seria aplicada em educação 50% dos rendimentos financeiros do Fundo Social, mantendo intacto o capital principal. Os deputados, contudo, preferiram a versão de Figueiredo, para destinar metade de todos os recursos do Fundo Social, não apenas os rendimentos.

Diante da resistência de André Figueiredo em modificar o texto, a própria presidente da República tentou convencer os líderes da base aliada a retomarem a proposta original que havia sido avalizada pelos senadores. As lideranças, entretanto, não abriram mão de utilizar parte do fundo do petróleo, em vez de somente os rendimentos, como defendia o governo.

Nesta manhã, os ministros Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Aloizio Mercadante (Educação) foram pessoalmente à Câmara tentar construir um acordo que impedisse os saques do dinheiro investido no fundo. Após horas de negociação, o governo aceitou votar o relatório de André Figueiredo que prevê a utilização de 50% do Fundo Social. Porém, ficou acertado com os líderes que o Executivo irá enviar futuramente ao Congresso Nacional um novo projeto de lei para tentar conciliar as propostas do PDT com as sugestões do Planalto.

“Como nós não temos recursos nos próximos quatro, cinco anos, imediatamente nós [governo] vamos apresentar uma proposta que garanta que no início seja o principal do fundo, em seguida o rendimento, para combinar as duas coisas. Haverá mais recursos no curto prazo, mas preservando a médio e longo prazo a ideia do Fundo Social, para dar estabilidade para a economia, para ter recursos para as futuras gerações”, anunciou Mercadante ao final do encontro com os líderes da Câmara.

FONTE: WWW.MIDIANEWS.COM.BR

EQUILÍBRIO / CAMPANHA NACIONAL

15.08.2013 | 15h30 - Atualizado em 15.08.2013 | 15h12

Tamanho do texto A- A+

Ministério da Saúde lança campanha para atualizar caderneta de vacinação infantil

Campanha acontece entre os dias 24 e 30 de agosto e visa crianças menores de cinco anos

DO R7

O Ministério da Saúde lança nesta quinta-feira (15) a campanha nacional para atualizar a caderneta de vacinação infantil. Entre os dias 24 e 30 de agosto, crianças menores de cinco anos de idade devem ser levadas a um dos 34 mil postos de vacinação do SUS (Sistema Único de Saúde) para verificar se há alguma vacina atrasada. O dia de maior mobilização, chamado "Dia D", dará início à campanha e ocorrerá no sábado (24).

Para o secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa, é importante atualizar o esquema vacinal das crianças para reduzir o risco de transmissão de doenças que podem ser evitadas.

— BCG, hepatite B, pentavalente e rotavírus são algumas das vacinas que estarão disponíveis. Lembrando que serão ofertadas todas as vacinas que compõem o calendário básico da criança. Algumas delas só são efetivas quando tomadas duas ou três doses, ou o que chamamos de reforço.

Barbosa acrescentou que “crianças de seis meses até cinco anos de municípios prioritários do Brasil Sem Miséria também receberão suplemento da vitamina A”.

Atualmente, o PNI (Programa Nacional de Imunização) oferece 24 vacinas para a imunização de crianças e adultos. Segundo o secretário, o orçamento do PNI neste ano é de mais de R\$ 2 bilhões, ou seja, “oito vezes maior que há dez anos”.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ressaltou que mais de 90% das doses de

vacina são produzidas no Brasil, por isso o País tem esta ampla cobertura para a população.

— Esse é o segundo ano que mobilizamos os pais no segundo semestre para a atualização da caderneta de vacinação das crianças. Mesmo sem a caderneta, é importante levar as crianças aos postos de saúde.

Fonte: www.rdnews.com.br

[CONFRESA](#) | 15/08/2013 - 14:18

Oscilações na rede elétrica obrigam hospital a usar baterias nas cirurgias

Francis Amorim, de Barra do Garças



No Hospital Municipal de Confresa, baterias garantem a energia elétrica

O Hospital Municipal de Confresa (a 1.149 km de Cuiabá), cidade com 30 mil habitantes, está sendo obrigado a utilizar baterias de caminhão para dar suporte às constantes quedas de energia durante os procedimentos cirúrgicos. A situação é de conhecimento da Rede/Cemat, empresa responsável pelo

abastecimento da zona urbana, porém, nenhuma medida foi tomada para uma solução definitiva ou paliativa.

Além de afetar a principal unidade de saúde de Confresa, o problema vem afetando também o empresariado que já não sabe a quem recorrer. A reclamação é geral e inclui também as ligações domésticas, de menor porte, mas obrigada a enfrentar as oscilações diárias do sistema que abastece a cidade.

“Fico muito triste com esta empresa que fornece energia aqui para nossa região. Tive um computador queimado e será que serei ressarcido. Agora eu pergunto, se a gente não pagar os

talões eles vem não tem piedade e cortam a energia de sua casa ou seu comércio e nós não temos direito algum. Quero pedir ao Ministério Público, ao PROCON para que analise essa situação e penalize a empresa. É o mínimo que pode ser feito”, disse o consumidor Fábio Tonetto.

Sem gerador para garantir o fornecimento regular de energia, o Hospital Municipal tem sofrido prejuízos com a queima de aparelhos de raios-X e aparelhos de uso diário. De acordo com a direção da unidade, o prejuízo já passa de R\$ 10 mil sem ressarcimento da empresa fornecedora de energia. Durante a realização de cirurgias o hospital tem feito o uso de baterias de caminhões para manter os equipamentos ligados e não colocar a vida do paciente em risco.

A empresa anunciou a instalação de 10 isoladores na linha de alta tensão de Barra do Garças a Nova Xavantina, instalação de protetores anti-pássaros e também melhorias no aterramento ao longo da linha para evitar as oscilações e quedas constantes de energia. Até agora, no entanto, os equipamentos ainda não foram instalados. *(Com informações da Agência da Notícia)*

Fonte: www.rdnews.com.br

[MT SAÚDE](#) | 15/08/2013 - 07:34

Faiad enrola e encaminha novo MT Saúde apenas no fim do mês

Victor Cabral

Faiad promete encaminhar novo projeto até o final deste mês

Em reunião com os sindicalistas que compõem o Fórum Sindical, o secretário estadual de Administração, Francisco Faiad (PMDB), garantiu que o projeto de reestruturação do MT Saúde será encaminhado para a Assembleia até o final deste mês. Pela proposta, o Plano passa a ter autonomia administrativa e financeira e a contar com a participação de representantes dos servidores, indicados pelo Fórum Sindical, na composição de seus conselhos de administração e fiscal.

O projeto também extingue os cargos comissionados, com exceção ao posto de presidente, passando a ser ocupados por servidores de carreira. Quanto a oPlano, que atualmente é familiar, passará a ser individual e por faixa salarial e etária. O governo do Estado, pela proposta, terá reduzida sua participação na sustentação do MT Saúde, passando a cobrir apenas 30% das despesas.

Em entrevista ao **RDNews**, no final de junho, Faiad explicou que, com isso, na prática, alguns vão passar a pagar menos e outros mais. Ele cita como exemplo um funcionário que

recebe R\$ 4 mil e hoje paga R\$ 200. Segundo o secretário, o valor cairia para R\$ 120, no caso do servidor ter 29 anos (faixa etária).

O titular da pasta de Administração ponderou, à época, no entanto, que a SAD também está preocupada com os servidores de categorias menos remuneradas. Será estabelecido um teto e o Estado vai subsidiar recursos para quem ganha menos. “Hoje tem servidor que paga R\$ 34, por isso, o Governo tem que colocar tanto aporte financeiro”, reforça.

Novo MT Saúde será enviado em agosto à AL; plano terá outros preços

Fonte: www.rdnews.com.br

[RONDONÓPOLIS](#) | 15/08/2013 - 08:10

Emendas são do deputado federal Carlos Bezerra

Rossana Gasparini, de Rondonópolis

Emendas são do deputado Carlos Bezerra

Devem ser liberados em breve para a secretaria de Saúde de Rondonópolis recursos para a compra de equipamentos para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade. Uma emenda parlamentar do deputado federal Carlos Bezerra (PMDB) deve destinar também R\$ 1,4 milhões para equipar os Postos de Saúde Familiar (PSF) do Parque São Jorge, Parque Universitário e Vila Cardoso. Segundo Bezerra, essa verba já foi inclusive liberada.

Os recursos foram solicitados pela secretária de saúde de Rondonópolis Marildes Ferrera. As obras da UPA estão previstas para serem entregues em outubro deste ano. Para a construção da unidade, foram investidos quase R\$ 3,5 mi. A construção começou no início do ano passado, ainda na gestão do ex-prefeito cassado Zé Carlos do Pátio (PMDB).

Com a inauguração, o Pronto Atendimento da cidade passará a funcionar somente como Hospital Municipal e ainda terá um ganho na capacidade de atendimento, já que todos os serviços intermediários das Unidades de Saúde e dos demais Hospitais serão realizados na UPA. A unidade também receberá os pacientes encaminhados pelo Serviço de Atendimento de Urgência (Samu).

Mesmo com a finalização das obras, a UPA não iria começar a funcionar imediatamente, por conta da falta de equipamentos. Agora, com os recursos garantidos, o novo hospital deve ser equipado o mais rápido possível, garantiu Marildes.

Investimentos

O deputado Carlos Bezerra deve ainda conseguir a liberação de recursos para a cobertura da Feira do Conjunto São José e dos Centros de Múltiplo Uso para os bairros Maria Veterasso e Conjunto São José.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Política MT**

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

15/08/2013 - 12:52

Profissionais da saúde fazem protesto na AL por manutenção do veto de Dilma ao 'Ato Médico'

Da Redação - Laura Petraglia

Profissionais da enfermagem, educação física, psicologia e outras 10 áreas da saúde, realizaram protesto em frente da Assembleia Legislativa na manhã desta quinta-feira (15) pela manutenção do veto da presidente Dilma Rousseff (PT), que dispõe sobre o exercício da medicina, o chamado Ato Médico, cujos itens restringem aos médicos funções como a de aplicar injeções, indicar o uso de órteses e próteses e fazer diagnóstico de doenças.

A intenção dos profissionais é de que os deputados estaduais intercedam junto à bancada federal de Mato Grosso no Congresso Nacional para que votem a favor da manutenção do veto da presidente.

"Silval parece desconhecer realidade dos preços", alfineta deputado ao denunciar superfaturamento

De acordo com o presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso, Eleonor Raimundo da Silva, chamado Ato Médico é prejudicial às carreiras, mas principalmente às sociedade.

"É moroso, principalmente num País onde falta estrutura como o nosso. Tira do dos profissionais da enfermagem, por exemplo, a permissão de fazer qualquer procedimento

invasivo como aplicar injeções, colocar soros, fazer cateterismo sem autorização de um médico”, disse.

O veto causou descontentamento entre os médicos de todo o País, que fazem protestos sistematizados pela derrubada. Ao detalhar a razão do veto relacionado à aplicação de injeções, o governo registra que condicionar o procedimento à prescrição médica pode causar impacto no atendimento dos estabelecimentos privados e nas políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS), como as campanhas de vacinação.

Em relação às órteses e próteses, a razão apontada para o veto é que a manutenção do texto resultaria em impacto negativo no atendimento à saúde. A medida impossibilitaria a atuação de outros profissionais que já prescrevem, confeccionam e acompanham o uso de órteses e próteses que, por suas especificidades, não requerem indicação médica.

A presidente também vetou o Inciso I do Artigo 4º, considerado polêmico, e que motivou protestos de diversas categorias, como fisioterapeutas, enfermeiros e psicólogos. O inciso atribui exclusivamente aos médicos a formulação de diagnóstico de doenças. A classe médica considera que esse ponto era a essência da lei. Para as demais categorias, o trecho representava um retrocesso à saúde.

A razão apresentada para o veto é que esse inciso impediria a continuidade de inúmeros programas do SUS que funcionam a partir da atuação integrada dos profissionais de saúde, contando, inclusive, com a realização do diagnóstico por profissionais de outras áreas que não a médica.

Entre os trechos mantidos estão os que definem que a indicação e execução de intervenção cirúrgica é atividade privativa dos médicos, além da aplicação de anestesia geral.

O texto indica que os ministérios da Saúde, do Planejamento, da Fazenda e a Secretaria-Geral da Presidência se manifestaram pelos vetos.

Fonte: www.issoenoticia.com.br

COTIDIANO / SEM PARALISAÇÃO

Quinta, 15 de agosto de 2013, 09h44

Médicos de Várzea Grande não aderem a greve

A classe realizou assembléia extraordinária nesta segunda-feira (12)

DA REDAÇÃO

Os médicos que atendem a rede municipal de Saúde da prefeitura de Várzea Grande não aderiram à paralisação proposta pela categoria, através do movimento nacional Médicos pela Saúde. A categoria busca investimentos do governo e garantia de condições para cuidar adequadamente da população.

Em reunião, na terça-feira(13/08), em assembleia geral extraordinária, o Sindicato dos Médicos de Mato Grosso - (Sindimed/MT), analisou, discutiu e deliberou, sobre a proposta de alteração do Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos (PCCV) encaminhada pela prefeitura de Várzea Grande, além da avaliação do cumprimento dos acordos judiciais homologados com o município.

A presidente do Sindimed-MT, Elza Luiz de Queiroz, disse que a categoria não aderiu o indicativo de paralisação porque houve avanços nas propostas apresentadas e, considerando estes avanços, a categoria resolveu continuar realizando suas atividades normais no atendimento à população do município.

“Não decretamos a greve, pois a categoria aceitou a proposta apresentada pela gestão municipal, mas continuaremos discutindo sobre alguns itens a cerca de melhorias no atendimento à população e condições de trabalho. Sobre o piso salarial, o prefeito garantiu que saltará de R\$ 1.900 para R\$ 3.500, previsto para início de janeiro de 2014. Em 2015, os salários sofrerão reajustes e passará a ser de R\$ 4 mil” esclareceu a presidente.

A presidente do Sindimed-MT informou ainda que “Em relação às Unidades de Pronto Atendimento (UPA), o prefeito, Wallace Guimarães, frisou que a unidade do bairro Ipase ficará pronta até o mês de outubro e, a do Cristo Rei em 2014. Os equipamentos de insumos já foram licitados e, ainda este mês tudo será viabilizado para melhor atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Já as reformas e ampliações dos Programas de Saúde da Família (PSF) serão realizadas conforme condições orçamentária.”

Para Elza Luiz, as melhorias estão longe do ideal, porém, a classe continua na luta por melhores condições de trabalho, infraestrutura e salários. Considerando as propostas apresentadas como avanços nas negociações, os médicos optaram não entrar em greve e

continuar o atendimento em toda a rede pública municipal de saúde.

O Sindimed-MT reivindica, porém, a construção de um novo pronto socorro municipal e melhorias na demanda do interior do estado, atenuando a superlotação nos Prontos Socorros de Várzea Grande e Cuiabá. O Sindicato cobra envolvimento das esferas municipal, estadual e federal para melhoramento na Saúde como um todo.

A secretária de Saúde de Várzea Grande, Jaqueline Guimarães, disse que o trabalho dos médicos é de fundamental importância para a qualidade ao atendimento à população e que a Secretaria de Saúde e o prefeito Wallace têm trabalhado na busca de recursos e parcerias, reunindo todos os esforços para garantir os direitos e valorizar a categoria.

O partir da decisão da assembleia geral, realizada na terça-feira, o acordo será homologado pelo Tribunal de Justiça.

Fonte: www.sonoticias.com.br

POLÍTICA

15 de Agosto de 2013 - 15:59

Sinop: deputados estaduais e Pedro Henry vistoriam hospital regional

Fonte: Só Notícias/Weverton Correa

Os deputados estaduais Antônio Azambuja (presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa) e Ezequiel Fonseca (ambos PP) e o deputado federal Pedro Henry (PP) vistoriam, esta tarde, o Hospital Regional de Sinop. Eles foram acompanhados do diretor da unidade, Wellington Randall. A visita "surpresa" acontece três dias após Henry denunciar que o governo do Estado deixaria de repassar recursos encaminhados pelo Ministério da Saúde para investimento na unidade.

Henry disse que o hospital não está funcionando na plenitude, pois está sendo repassado pouco mais de R\$ 1,5 milhão por mês. "No entanto, a Secretaria de Estado de Saúde

está recebendo R\$ 2,3 (milhões) R\$ 2,4 (milhões) por mês. Tem uns R\$ 900 mil que estão sobrando aí e são de Sinop, não são da secretaria. Isso está dentro do teto da secretaria, está sendo repassado pelo ministério e é de Sinop. Porque esse dinheiro que é Sinop não está vindo para Sinop?", criticou.

O deputado federal ainda falou dos equipamentos comprados com verba também destinadas pelo governo federal, que ainda não foram entregues. "O Estado colocaria R\$ 900 mil por mês para implementar e chegar no teto de R\$ 2,5 milhões. Isso para estar funcionando. O Ministério da Saúde deu um aporte de recursos de R\$ 7,9 milhões para comprar os equipamentos, parte deles tenho conhecimento que chegou no Estado. Eles estão em Cuiabá e não foi trazido para cá".

O presidente da comissão de Saúde, Antonio Azambuja, afirmou, ao Só Notícias, que o Estado vai ser questionado formalmente sobre o caso. "Vamos conversar com a Secretaria de Estado de Saúde para vermos onde está o erro. Se existe, porque está ocorrendo e onde está esse dinheiro, onde está sendo investido". Os contratos firmados, serviços prestados e problemas enfrentados da unidade foram requeridos a organização social que o administra. "A comissão de Saúde vai conversar com o secretário Mauri, queremos saber onde esse dinheiro está sendo investido, para podermos até darmos uma informação à prefeitura, à sociedade de Sinop", reforçou.

O deputado Dilmar Dal Bosco (DEM) falou em uma audiência com o governador Silval Barbosa (PMDB). "Vamos fazer um audiência com o governador e vamos convocar o próprio secretário [estadual de Saúde], o Pedro Henry e a OSS para principalmente debatermos o desvio de recursos públicos ao Hospital Regional de Sinop".

O diretor da OSS afirmou que a unidade vai prestar as informações necessárias. Ele informou que há pelo menos dois repasses do governo do Estado atrasados para investimento da unidade, em valores pouco superiores a R\$ 1,5 milhão cada.

Ainda acompanharam a vistoria vereadores por Sinop, médicos, entre outras autoridades.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Governo vai priorizar ambulância para indígenas de Tangará

15/08/2013 - 17h13

A- A+

Da Redação

O secretário-adjunto de Saúde, de Mato Grosso, Ednilson de Lima Oliveira, garantiu ao deputado Wagner Ramos (PR) incluir na lista das prioridades futuras do governo o fornecimento de uma ambulância para atender comunidades indígenas de Tangará da Serra, no médio-norte do estado.

Junto com o pedido feito em maio último, por meio da Indicação nº 1379/2013, Wagner alertou para um problema considerado grave: “Nossa região tem aproximadamente dois mil índios e a única unidade móvel para atendê-los está sucateada, sem condições de uso”.

A preocupação do republicano está diretamente ligada à proposta da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Ela foi apresentada e aprovada por unanimidade no Conselho Nacional de Saúde, e publicada em dezembro de 2011.

O texto reconhece a dívida histórica do país com a saúde das populações do campo. Também revela a necessidade de superação do atual modelo de desenvolvimento agrícola, tido como predominante, na busca das relações responsáveis “homem–natureza” e as que promovem a saúde. A proposta aponta, ainda, para a extensão de ações e serviços de saúde que atendam as populações, respeitando suas especificidades. Levantamento recente revela que cerca de duas mil pessoas integram as comunidades indígenas de Tangará da Serra. A garantia dada pela Secretaria de Saúde está no Ofício nº 1101/2013/GBSES.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Proposta prevê Pronto Atendimento Médico Infantil em Cáceres

15/08/2013 - 16h38

A- A+

Da Redação

Cáceres poderá ser contemplado com um Pronto Atendimento Médico Infantil (PAMI). Proposta de autoria do deputado estadual Ezequiel Fonseca (PP), será apresentada ao governador Silval Barbosa, por meio do Secretário Estadual de Saúde, Mauri Rodrigues, mostrando a necessidade da instalação da unidade de saúde.

Atualmente, em casos emergenciais, as crianças são encaminhadas ao Pronto Atendimento Municipal, sem nenhum diferencial no atendimento adulto e infantil. Na maioria dos casos não há pediatra de plantão. “Esta modalidade de atendimento é recorrente em inúmeros municípios brasileiros, a construção do PAMI deverá contemplar pacientes dos municípios da região oeste”.

A proposta também atende uma reivindicação antiga do presidente da Câmara Municipal, vereador Alvasir Alencar. Conforme indicação aprovada em plenário pelos demais vereadores, esse modelo de unidade de saúde faz parte das normas de tratamentos específicos e cuidados especiais com a infância e juventude.

“No atendimento realizado em Cáceres, crianças se misturam com portadores das mais diversas doenças, inclusive contagiosas, sem contar os constantes casos de pacientes vítimas de violência, as vezes em estado chocante, bem como encaminhados a partir dos presídios, esses acompanhados de policiamento fortemente armados”. Segundo ele, esses caos comprometem o emocional dos menores à espera do atendimento.

Região Oeste - No mês de julho deste ano, atendendo ao pedido do vereador professor Domingos, o deputado apresentou proposta ao Secretário Estadual de Infraestrutura, Cinésio Nunes de Oliveira, a inclusão no Programa Pró Concreto do Governo estadual, a construção de seis pontes de concreto localizadas na rodovia MT-343, trecho entre a cidade de Cáceres e Porto Estrela, passando pela sede do Distrito de Vila Aparecida.

Na ocasião, o vereador observou que a situação das pontes de madeira estava ocasionando acidentes que acabaram por interditar o acesso de moradores e produtores rurais.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social